

Criação de Conselho Municipal da Pessoa Deficiente é proposta na Câmara

Os vereadores estão analisando o projeto de lei 032/02, de autoria do edil Carlos Antônio de Souza Borba (PMDB), que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente (CMPD) e dá outras providências.

“A competência do órgão será a formulação e o encaminhamento de propostas à Prefeitura, bem como assessorar e acompanhar a implementação de políticas de interesse das pessoas portadoras de deficiências para promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política”, frisa o vereador.

Além disso, o conselho deverá colaborar na defesa dos direitos, por todos os meios legais que se fizerem necessários, recebendo, examinando e efetuando denúncias acerca de fatos e ocorrências envolvendo práticas discriminatórias.

A base para o desenvolvimento das ações se dará através de encontros anuais de pessoas deficientes, a ser realizado no mês de agosto, e reuniões plenárias mensais, sempre no primeiro sábado de cada mês.

O conselho será composto por sete membros, garantindo a participação do mesmo número de integrantes aos portadores de deficiência ou representante legal, além de sete suplentes. O mandato será de dois anos, sendo permitido a recondução. As funções não serão remuneradas, mas consideradas como serviço público relevante.

O projeto foi encaminhado às comissões.

Vereador propõe instituição da 1ª semana de acessibilidade São Sebastião sem barreiras

A Câmara Municipal está apreciando o projeto de lei 041/02, de autoria do vereador Carlos Antônio de Souza Borba (PMDB), que institui a “1ª Semana de Acessibilidade São Sebastião Sem Barreiras”, a ser realizada na primeira semana do mês de agosto.

Segundo ele, o objetivo da proposta é a instituição de programas efetivos de eliminação de barreiras arquitetônicas na cidade, visando o planejamento de edificações, vias públicas, mobiliários urbanos, transportes e habitação.

Durante a realização do evento, no qual haverá palestras e debates sobre o tema, deverão se fazer presentes as autoridades locais como o prefeito Paulo Julião (PSDB), o presidente do sindicato das empresas de compra, venda e locação de imóveis residenciais e comerciais; o representante da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos); o presidente da associação de engenharia e arquitetura (CREA/São Sebastião), entre outros.

“A semana tem o propósito de criar condições que permitam a equiparação de oportunidades a essa expressiva parcela da população”, complementa.

As despesas decorrentes da aplicação da lei onerarão, segundo consta na propositura, as verbas próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

O projeto foi encaminhado às comissões.